

6.00.00.00-7 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

6.03.00.00-0 – ECONOMIA

O COMPORTAMENTO DAS FINANÇAS ESTADUAIS SOB A OTICA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DOS CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS ENTRE 1995 E 2010

BRUNO GARCIA DA SILVA

Curso de Ciências Econômicas – Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais.

RAPHAEL ALMEIDA VIDEIRA

Departamento de Economia – Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais.

RESUMO: PASSADOS 13 ANOS DA PUBLICAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ESTADOS E MUNICÍPIOS VEM ADOTANDO MEDIDAS VISANDO TER UM MELHOR CONTROLE SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS. ENTRETANTO, SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS, DESENVOLVIDA EM DOWNS (1957), NORDHAUS (1975) E RIBBS (1977), TEM-SE QUE EM ÉPOCAS DE ELEIÇÃO HÁ UMA ELEVAÇÃO SÚBITA DE GASTOS DO GOVERNO VISANDO À REELEIÇÃO. O OBJETIVO DESTES TRABALHOS É VERIFICAR, ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS FINANÇAS DOS ESTADOS BRASILEIROS DE 1995 ATÉ 2010, A EVIDÊNCIA DE CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS NO PERÍODO E OS EFEITOS DECORRENTES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE OS CICLOS. OS RESULTADOS INDICAM A OCORRÊNCIA DO FENÔMENO DOS CICLOS POLÍTICOS É MAIS SIGNIFICATIVA NOS GASTOS DIRECIONADOS A SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSPORTES. AINDA, A PRESENÇA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL APRESENTA UM EFEITO LIMITADOR SOBRE OS GASTOS DIRECIONADOS A HABITAÇÃO E TURISMO. ADICIONALMENTE, OS RESULTADOS EVIDENCIAM CERTO ALINHAMENTO COM OS GASTOS FEDERAIS QUANDO O GOVERNADOR PERTENCE AO MESMO PARTIDO DO PRESIDENTE.

Palavras-Chave: Ciclos políticos eleitorais, Lei de responsabilidade fiscal, Finanças públicas.

1. Introdução

O estudo de como variáveis políticas são capazes de influenciar o comportamento de variáveis econômicas é tema de estudo de diversos trabalhos das mais diferentes correntes econômicas. Desde Kalecki (1943), a abordagem dos aspectos políticos sobre as flutuações econômicas vem ganhando novos contornos.

O comportamento dos ciclos econômicos frente ao calendário eleitoral tornou-se uma abordagem relevante nesta área. Em sociedades democráticas, onde vários candidatos podem disputar o cargo de governante, sinalizar suas qualidades para os eleitores é fator determinante para a sua eleição. Para o candidato que já é governante, isso pode decidir sua reeleição. A teoria dos ciclos políticos eleitorais aborda justamente este fato: o comportamento oportunista do governante em períodos de eleição, que busca aumentar suas chances de reeleição, por meio do aumento dos gastos públicos.

Basicamente, a teoria argumenta que em períodos de eleição o governante tende a induzir ao aumento da demanda agregada a fim de garantir maior bem estar à sociedade e sinalizar sua competência. Esta indução, pode ser feita pela redução de impostos ou pelo aumento do dispêndio governamental.

Diante desta ótica, o presente trabalho busca evidenciar a existência destes ciclos na realidade brasileira, por meio da análise das finanças dos governos estaduais. A introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, no entanto, regulamenta os limites de gastos e direcionamento das receitas pelos entes federativos. Seu impacto sobre os ciclos também será analisado.

Para tanto, o presente se divide em mais quatro seções além desta introdução. Uma primeira seção abordará a literatura existente sobre o tema. A seção seguinte descreverá as metodologias que foram utilizadas para os testes econométricos. A terceira apresentará a descrição dos dados coletados. A quarta seção discutirá os resultados obtidos e por fim a última seção apresenta a conclusão do trabalho.

2. Revisão da Literatura

2.1. Modelos de Ciclos Políticos

A perspectiva teórica dos ciclos políticos foi desenvolvida por Downs (1957) ao advogar que os partidos que se encontram no poder agem racionalmente de forma semelhante ao empresário maximizador de lucros, visando garantir o maior número de votos e permanecer no poder, sem levar em conta as consequências sobre a atividade econômica, exceto se afetar as escolhas do eleitor. O eleitor por outro lado, também se comportará racionalmente dando preferência ao partido que na sua avaliação de ações e políticas passadas, em especial aquelas executadas pelo partido que já se encontra no poder, teve melhor desempenho. Se eu não estou enganado, faltou falar da maximização do bem estar para o agente econômico, no caso, o eleitor.

Durante a década de 1970, diversos outros trabalhos foram apresentados sobre a teoria de ciclos políticos. Entre os principais, Nordhaus

(1975) apresenta que o governo explora as possibilidades de uma Curva de Phillips de curto prazo, estimulando a demanda agregada no período pré-eleições, reduzindo o desemprego ao custo de uma pequena elevação da inflação. As expectativas se ajustariam no período posterior a eleição, havendo redução da demanda agregada e gerando uma recessão. O autor ainda supõe que o eleitor é míope e só observa os resultados presentes, não observando os eventos passados, não entendendo o ciclo eleitoral.

Outra vertente do ciclo político eleitoral diz respeito aos modelos partidários em que as escolhas no *trade-off* inflação e desemprego são influenciados pelos partidos. Nesta perspectiva, o trabalho de Hibbs (1977 e 1987) analisa o desempenho macroeconômico em economias capitalistas no período pós-guerra, sendo que os governos tidos como “de esquerda” e “de direita” e que as escolhas no *trade-off* inflação/desemprego são influenciadas por estas inclinações partidárias. Segundo sua análise, os partidos tidos como “de esquerda” são mais próximos das camadas sociais mais baixas dando ênfase mais em políticas voltadas ao combate do desemprego do que inflação, enquanto os tidos como “de direita”, próximos agora as camadas sociais mais elevadas, preocupam-se mais com políticas voltadas ao controle inflacionário.

Com o surgimento da hipótese das expectativas racionais, durante a década de 1970, novos enfoques foram possíveis para a Teoria dos Ciclos Políticos. As primeiras hipóteses, apresentadas por Sargent e Wallace (1975), indicam que em um ambiente onde as expectativas são formadas racionalmente pelo público, a exploração do *trade-off* inflação/desemprego seria antecipada pelos eleitores e não poderia ser utilizada de forma recorrente. Rogoff (1987) argumenta, no entanto, que mesmo em um ambiente onde as expectativas são formadas racionalmente, os eleitores sofrem de um problema de assimetria de informação com relação à competência dos governantes que permite que eles manipulem variáveis macroeconômicas no período pré-eleição com o intuito de sinalizar sua competência e melhorar sua popularidade.

2.2. Evidências Internacionais

A literatura internacional apresenta diferentes estudos sobre a existência de ciclos políticos em diversos países. Alesina, Cohen e Roubini (1991) examinam a evidência de manipulação oportunista de variáveis macroeconômicas, tais como crescimento, desemprego e inflação, em 18 países da OCDE para o período de 1960 a 1987, sob a ótica do modelo desenvolvido por Nordhaus(1975) e os modelos de expectativas racionais (Rogoff(1987), Sargent Wallace (1975)). Os resultados encontrados apontam para a existência de ciclos políticos no comportamento das variáveis analisadas em algumas eleições analisadas.

Veiga & Veiga (2007) buscam evidenciar a existência de ciclos políticos nos municípios portugueses, após o período que este tornou-se um país democrático. Os resultados apontam para um comportamento oportunista nos períodos pré-eleitorais, uma vez que há um aumento estatisticamente significativo para os gastos dos municípios no momento pré-eleitoral durante o período analisado. Os resultados ainda apontaram que os gastos são estrategicamente direcionados para áreas as quais os resultados são mais facilmente percebidos pelos eleitores, indo de encontro com Rogoff (1990).

A presença dos ciclos políticos é mais evidente e nítida em países em desenvolvimento. Drazen e Eslava (2005) realizam o estudo das finanças dos municípios colombianos durante o período de 1987 a 2002. Os autores também partem do princípio que os gastos, além de aumentarem em períodos eleitorais, estes também são direcionados para áreas mais facilmente percebidas pelos eleitores. Os resultados vão de encontro a tal suposição. Os resultados porém, apontam para uma penalização dos eleitores pelo fato de um determinado partido incorrer em pesados déficits, influenciando a probabilidade de o partido que atualmente governa determinado município, eleger um novo candidato do mesmo partido.

Sedmihradská, Kubik e Haas (2011) analisam, também a níveis municipais evidencia de ciclos políticos eleitorais para a República Tcheca e se a presença destes ciclos afetam a probabilidade de reeleição dos governantes em exercício. A análise dos dados de 2001 a 2007, observando especialmente aqueles relativos aos gastos públicos, demonstrou também a existência dos ciclos nos municípios tchecos, muito embora a pequena quantidade de dados possa deixar dúvidas quanto a esta conclusão. O estudo ainda apontou que, nos municípios onde há a possibilidade de reeleição, o aumento dos gastos é mais expressivo que nos demais, no entanto, isso não influencia a probabilidade de reeleição.

2.3. Evidências Brasileiras

No Brasil, alguns estudos foram feitos com o intuito de verificar a existência de ciclos políticos eleitorais no país. Entre os principais encontra-se o trabalho de Sakurai e Gremaud (2007) que analisa o comportamento dos municípios paulistas entre 1989 e 2001 frente a dois fatores: o calendário eleitoral e os partidos políticos dos prefeitos municipais, buscando evidenciar a existência de ciclos políticos eleitorais e de consistência ideológica dos partidos que estão no poder. Através da análise de dados em painel de alguns componentes das despesas/receitas dos municípios e dos partidos políticos no poder, os autores estimaram um modelo com base no método de mínimos quadrados ordinários com efeitos fixos. Os resultados apontaram para uma forte significância estatística no que diz respeito ao fator “ano eleitoral” apontando para a existência de ciclos políticos. Entretanto, não foram evidenciadas consistências ideológicas nos partidos que se encontram no poder, muito embora diferenças na administração das despesas municipais tenham sido evidenciadas.

Lucinda, Arvate e Avelino (2008) procuram em seu trabalho evidencia a influencia ideológica partidária sobre o resultado fiscal dos estados para os anos de 1986 e 2005. A partir da análise dos resultados fiscais dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, foi utilizado o procedimento de *Panel Corrected Standard Errors* (PCSE) para estimar a regressão. O trabalho concluiu a existência de influencia da ideologia partidária na composição do resultado primário com diferenças entre partidos de direita e partidos de esquerda.

Nakaguma e Bender (2006) buscam evidenciar também a existência de ciclos políticos eleitorais, agora entre os anos de 1986 e 2002 para os estados brasileiros e analisando os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal para atenuar os efeitos do ciclo. Para isto, analisou as finanças estaduais estimando

duas regressões com dados em painel com os métodos de efeitos fixos e o método generalizado dos momentos. Os resultados apontaram para a evidência de ciclos políticos também nos estados, mas também que a Lei de Responsabilidade Fiscal se mostrou um instrumento efetivo para controle do endividamento e controle das despesas dos Estados.

Os estudos de ciclos políticos no Brasil, no entanto, ainda são incipientes quando trata de estudar como os ciclos afetam as relações intra-governamentais entre os diferentes entes federativos. Num dos poucos estudos na área, Pereira e Fernandez (2007) buscam analisar as motivações políticas das transferências voluntárias nos municípios da Bahia e seus impactos sobre o desenvolvimento econômico destes municípios bem como tais transferências podem influenciar sua reeleição. Os resultados encontrados pelos autores demonstram que, tais transferências possuem motivações políticas, uma vez que aqueles prefeitos que são da mesma coligação ou partidos do governador ou presidente conseguem obter mais recursos de transferências voluntárias. Tais recursos porém, pouco influem no desenvolvimento dos municípios e na capacidade de reeleição do prefeito.

3. Metodologia e Dados

Para a realização deste trabalho, serão analisadas as finanças dos estados brasileiros, com dados obtidos do site do Tesouro Nacional, especificamente do sistema FINBRA, dos anos de 1995 até 2010 e através da estimação de um modelo econométrico baseado em dados em painel, identificar a existência de ciclos políticos nestes anos e seus impactos decorrentes da publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Basicamente, serão analisados dados de gastos em áreas perceptíveis ao eleitorado, tais como educação, saúde e infraestrutura, bem como as receitas que os estados podem obter através de transferências.

Variáveis de controle também foram obtidas através do site do IBGE, tais como população (para que se possa trabalhar com os dados em níveis per capita), percentual de população urbana e rural, idade, região, etc.

Os dados utilizados estão agrupados como dados em painel, ou também chamados dados empilhados (*pooled data*) agrupando-se observações de séries temporais e dados e de cortes transversais. A utilização de dados empilhados além de aumentarem o tamanho da amostra que será trabalhada (WOOLDRIDGE, 2002) permite também captar efeitos que a utilização de cortes transversais puros ou séries temporais puras podem não captar (GUJARATI & DAWN, 2011). Com a utilização de dados em painel a estimação é possível pelo Método de Mínimos Quadrados Ordinários para dados empilhados, em que as observações são empilhadas para que a regressão seja estimada. Ainda para este modelo há algumas variantes (GUJARATI & DAWN, 2011).

3.1. Descrição e Fontes de Dados

3.1.1. Variáveis Dependentes

Para a análise deste trabalho, foram levantados dados da execução orçamentária dos estados brasileiros para o período de 1995 a 2010, obtidos nas fontes de dados do Tesouro Nacional. Os dados estão em periodicidade

anual. Como variáveis dependentes do modelo, serão analisados os gastos públicos de acordo com a função. Assim, são analisados os gastos com Saúde e Saneamento, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Transporte, Segurança Pública e Defesa Nacional.

Para tratamento destas despesas, realizou-se um agrupamento de algumas despesas para que a comparação no período analisado fosse possível, pois houve alterações nos planos de contas utilizados pelo Tesouro Nacional em 2001. Assim, gastos com saúde foram agrupados aos gastos com saneamento, educação com os gastos de cultura; habitação com gastos de urbanismo e os de segurança pública agrupados àqueles voltados a defesa nacional.

Também foi avaliado o comportamento das transferências voluntárias recebidas pelos estados. Além de representarem parte importante das receitas extras estaduais e municipais, as transferências voluntárias funcionam como uma "moeda de troca" entre parlamentares e entes federativos, estando fortemente suscetíveis a comportamentos oportunistas.

Ainda, os valores dos gastos foram todos corrigidos pela inflação apurada no período, medida pelo IPCA e trabalhados no modelo à níveis per capita.

3.1.2. Variáveis de Controle

Assim como em Sakurai e Gremaud (2007), foram utilizadas variáveis demográficas de cada estado como variáveis de controle. São eles: proporção de jovens e idosos e proporção de população rural. Os dados foram obtidos nos sítios do IPEADATA e do IBGE.

3.1.3. Variáveis de Controle Político

Para discriminar outros fatores que influenciam o comportamento do dispêndio público, foram analisadas variáveis eleitorais obtidas junto ao TRE. Para identificar possíveis comportamentos partidários do dispêndio, os partidos foram classificados de acordo com suas posições partidárias, conforme utilizada em Botelho (2002). Uma variável dummy foi incluída para representar este posicionamento do partido, adotando o valor 1 caso o partido seja classificado como de "esquerda" e 0 caso contrário. Em consonância com a hipótese de comportamento cíclico de acordo com o ano eleitoral da variável "transferências voluntárias", foi incluída uma variável para identificar se o partido do governador do estado era o mesmo do partido do presidente.

Para captar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi incluída uma dummy para identificar a presença da LRF. Ainda, foi incluída uma dummy para cada o ano eleitoral e uma segunda para o ano pré-eleitoral, a fim de captar os efeitos do calendário eleitoral sobre cada variável dependente. Assim, uma dummy tem valor 1 para o ano da eleição e 0 caso contrário. Uma segunda dummy, tem valor 1 para o 1º ano antes da eleição e 0 caso contrário.

4. Modelo e Resultados

Os modelos foram estimados utilizando-se o software Stata 11, através da estimação de Mínimos Quadrados Ordinários para Dados Empilhados (POLS). Assim, os modelos podem ser representados pela equação:

$$Gpc_{it} = \beta \text{Controles}_{it} + \varphi \text{Políticas}_{it} + \omega \text{Eleição}_{it} + \zeta_i$$

Onde Gpc_{it} representa o conjunto de gasto publico *per capita* no estado i e período t , de acordo com cada função selecionada. Assim, esta mesma equação foi estimada para os gastos com saúde e saneamento, educação e cultura, etc. As variáveis são avaliadas de acordo com o estado i no período t . O termo ζ_i são características não observadas para o estado i .

O vetor β contém as variáveis de controle utilizadas no modelo, tais como proporção de jovens e idosos, proporção de população rural. O vetor de Políticas é formado pelas variáveis de controle político, tais como a posição ideológica do partido e a dummy que aponta se o partido do governador é o mesmo do presidente e uma terceira variável para apontar a presença da Lei de Responsabilidade Fiscal. O vetor ω contém as dummies que controlam o ano da eleição.

A expectativa é identificar elevação dos gastos à medida que o período T se aproxima. Porém, com a LRF, espera-se que tais gastos sejam reduzidos nos anos de eleição, por conta dos limites impostos pela lei.

4.1. Resultados

As regressões foram estimadas para cada grupo funcional de dispêndio publico. Os resultados apontam para a fraca influência do calendário eleitoral sobre o dispêndio público. A seguir, serão analisados os resultados de cada regressão:

4.1.1. Segurança Pública

Esta primeira variável avaliada, tem à principio, o comportamento esperado pela teoria dos ciclos políticos oportunistas como apontado por Rogoff (1990), uma vez que o dispêndio público nesta área são maiores em anos de eleição e este tipo de gasto ser alvo de promessas de melhorias por parte dos governantes, como argumento de propaganda política visando reeleição. As variáveis demográficas de controle não apresentaram influência sobre o comportamento desta função de dispêndio.

A análise das variáveis de controle político nos permite avaliar que o comportamento deste gasto não é influenciado por posições partidárias. No entanto, o alinhamento partidário do governo estadual com o federal apresenta uma influência negativa sobre os gastos nesta função. A variável *dummy* que indica a presença da Lei de Responsabilidade Fiscal apresentou significância estatística porém, não apresentou poder de controle sobre o gasto, uma vez que o coeficiente se apresentou positivo. Isso pode estar ligado ao fato da Lei de Responsabilidade Fiscal permitir aumento de gastos nesta área para reposição de servidores, conforme dispostos do artigo 22 desta lei.

4.1.2. Educação e Cultura

Esta função é particularmente importante de ser analisada, haja visto forte apelo popular e político que os gastos nesta área tem em períodos de eleição, além de representarem parcela significativa dos gastos estaduais. A análise das regressões no entanto não apontam para qualquer manipulação

política dos gastos nesta função, uma vez que as *dummies* de anos eleitorais não apresentaram significâncias estatísticas. As variáveis de controle demográfico não apresentaram também influências sobre o comportamento destes gastos, assim como as variáveis de controle político. Assim, não há impacto dos controles impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal tão pouco da posição partidária do governo estadual. A exceção é feita para a variável *dummy* que aponta o alinhamento partidários dos governos Estaduais e Federais. A influência desta variável no entanto, afeta negativamente os gastos com Educação e Cultura.

A expectativa no entanto, é que este gasto não apresentasse qualquer tipo de influência política. Este é um tipo de gasto que possui vínculo orçamentário, oriundo dos recursos com aplicação mínima obrigatória, conforme estipulado pelo artigo 212 da Constituição de 1988. Tal resultado vai ao encontro do obtido por Sakurai (2009) ao investigar o comportamento dos gastos com Educação e Cultura a nível municipal, onde este também não verificou o comportamento oportunista dos gastos desta função, porém, é contrário ao resultado encontrado em Araujo e Filho (2010) ao analisar os gastos desta função nos estados brasileiros entre 1995 e 2008.

4.1.3. Habitação e Urbanismo

Os gastos com Habitação e Urbanismo apresentaram maior influência das variáveis explicativas. A 1% de significância, os gastos com esta categoria sofrem influência da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda assim significativa e de encontro com a expectativa inicial: LRF fez com estes gastos fossem reduzidos. Ainda assim não se observou comportamento cíclico desta variável em época de eleição. Tal resultado é oposto às análises encontradas por Sakurai (2009) a níveis municipais onde os gastos com esta área apresentam comportamento oportunista a nível municipal. Muito embora tenha encontrado influência do alinhamento municipal e estadual, os resultados aqui encontrados não apontam para um alinhamento no volume de investimentos na área em anos eleitorais, podendo ser explicado por uma ação mais efetiva do município no que tange a habitação e urbanismo do que os estados, muito embora, estes últimos sejam responsáveis por grande parte dos projetos de habitação.

A variável política que indica alinhamento partidário com o governo federal não se mostrou significativa, porém, o alinhamento ideológico do partido que governa o estado sim, apontando para gastos menores nestas áreas para os partidos classificados como de “esquerda” frente aos demais. Tal resultado confirma o apontado por Sakurai (2009) a níveis municipais e vai de encontro a literatura sobre alinhamento ideológico dos gastos, como em Hibbs(1977)

Intuitivamente, os gastos desta função são influenciados pelo nível populacional do estado. Assim, estados com maiores populações tem gastos maiores nesta função, como aponta a variável de controle demográfico de população. Adicionalmente, os estados com maiores populações de jovens e idosos apresentam menores investimentos em habitação e urbanismo.

4.1.4. Saúde e Saneamento

Os gastos com saúde e saneamento tiveram comportamento semelhante aos gastos com habitação e urbanismo. Variáveis demográficas apresentaram grande influência sobre estes gastos, principalmente a presença

de idosos, o que é razoavelmente esperado para esta variável. No entanto, os resultados não apontam para comportamento oportunista desta variável uma vez que as *dummies* de controle dos anos de eleição não apresentaram significância estatística. Tal resultado é contrário ao apontado por Sakurai (2009), ao analisar os gastos municipais e Araújo e Filho (2010), ao analisar a variável em um modelo dinâmico com defasagens, onde a evidência do ciclo é verificada.

A influência ideológica-partidária não foi fator determinante para o comportamento desta despesa, assim como nos gastos com educação e cultura. Tal resultado era esperado, uma vez que este gasto também possui valores de gasto mínimos estipulados pela Constituição Federal. Ainda assim, a variável apresentou influência de alinhamento partidário entre os governos federais e estaduais, onde a o gasto é afetado negativamente.

4.1.5. Transportes

Os gastos com transporte apresentou um comportamento cíclico de acordo com o ano eleitoral, como apontado pela literatura. No entanto, sua elevação ocorre no ano anterior a eleição. Ainda, estes gastos também estão ligados a maior presença de jovens. O fato de o gasto elevar-se no ano imediatamente anterior a eleição pode estar ligado ao tempo de maturação dos investimentos realizados nesta área.

Ainda, ao analisar em níveis municipais, Sakurai (2009) aponta que os gastos não são influenciados pelas variáveis demográficas, indo de encontro a percepção que áreas mais populosas recebem mais investimentos nesta área. A níveis estaduais no entanto, a variável de controle de população apresentou significância estatística. As variáveis de controle político não apresentaram significância, inibindo assim qualquer influência partidária sobre o comportamento desta variável.

4.1.6. Transferências Voluntárias

Esta variável apresentou forte comportamento cíclico, sofrendo maior influência das variáveis políticas para controle do ano de eleição e da variável de população, indo ao encontro do apontado em Pereira e Fernandez (2007), Vieira e Arvarte (2008). Tem-se na literatura (PEREIRA & FERNANDEZ, 2007) que a origem destes recursos é fruto da negociação entre os entes federativos. Assim, é plausível que em épocas de eleição tais gastos se elevem, pois governadores podem pleitear maiores volumes de recursos.

Ainda, a variável de controle de população apresenta forte significância estatística. Presume-se que estados mais populosos possuem maior representação nas Câmaras, facilitando a obtenção de recursos. Tal fato pode explicar por que não há significância na variável de alinhamento partidário entre os governos federais e estaduais.

Quanto a variável *dummy* que aponta a presença da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta se apresentou positiva e influencia positivamente o comportamento desta variável. Isso pode estar ligado ao fato de as transferências voluntárias se apresentarem como fonte de receita adicional importante após 2000. O cumprimento dos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal são fatores importantes na obtenção de recursos provenientes de transferências.

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivos buscar evidências da comportamentos cíclicos dos gastos públicos a níveis estaduais, em consonância à Teoria dos Ciclos Políticos Eleitorais desenvolvidos em de Downs (1957), Nordhaus (1975) e Ribbs (1977). Adicionalmente, buscou-se evidenciar a influência das promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 sobre o comportamento dos ciclos.

Os resultados encontrados apontam para a evidência dos ciclos eleitorais de forma mais expressiva em algumas funções de gastos/receitas específicas, tais como segurança pública, transportes e transferências voluntárias. Outras funções no entanto não apresentam tais manipulações, como caso de educação e cultura. Em suma, a análise dos resultados aponta para um efeito de composição de gastos onde algumas funções tem os gastos elevados em anos eleitorais frente a outras despesas, como apontado em Drazen e Eslava (2005).

É passível de atenção ainda, os demais fatores que influenciam o comportamento das variáveis analisadas. As variáveis de controle quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal não se mostraram significativas sobre todas as funções. Assim, a promulgação da lei apresentou influência negativa sobre os gastos com Habitação e Urbanismo. Nas demais que apresentou significância estatística, a Lei de Responsabilidade Fiscal influenciou positivamente os gastos com Segurança Pública, que pode ser explicado pelo dispositivo do artigo 22 da lei, que não estabelece limites com gastos com reposição de pessoal nestas áreas, bem como, também não estabelece controles rígidos sobre as transferências voluntárias, tornando-se importante fonte de receitas para os estados. No geral, verificou-se pouco impacto da sua promulgação sobre os ciclos políticos à níveis estaduais.

Ainda, é importante notar os alinhamentos partidários entre os governos estaduais e federais, onde os gastos que são influenciados por esta variável são afetados negativamente. Isso pode indicar alinhamento no comportamento dos gastos estaduais frente aos federais. Observou-se pouca influência da posição ideológica dos partidos frente aos gastos, influenciando somente os gastos habitação e urbanismo, onde partidos classificados como de “esquerda” direcionam menos gastos para esta função. Tal resultado, vai ao encontro do apontado por Sakurai (2009) ao executar a mesma análise para os níveis municipais. Ressalta-se ainda para alguns resultados semelhantes aos entrados por Sakurai (2009) quando analisado o comportamento dos gastos por município. As variáveis que apresentaram comportamento semelhante foram habitação e urbanismo e educação e cultura. Os gastos com saúde e saneamento foram opostos.

Por fim, é importante notar a influência das variáveis de controle demográfico sobre o comportamento dos gastos a níveis estaduais. Os resultados apontaram para influência destas variáveis para os gastos de Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, Transportes e as Transferências Voluntárias, mostrando que a composição etária e o volume populacional de cada estado podem determinar o volume de gastos ou obtenção de receitas para determinadas funções.

Anexos

Tabela 1: Resultados das Regressões

	Segurança Pública	Educação e Cultura	Habitação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Transportes	Transferências Voluntárias
LRF	48.661* (0.074)	85.537 (0.164)	-27.560* (0.026)	-8.525 (0.869)	-87.672 (0.257)	2.221.580 (0.061)
Perc_Jovens	-319.450 (0.562)	880.621 (0.480)	-557.993* (0.026)	3900.414* (0.000)	-4393.523** (0.005)	27.955.952 (0.252)
Perc_Idosos	91.135 (0.967)	5.821.720 (0.241)	-2858.888* (0.004)	15295.359* (0.000)	-9.081.413 (0.146)	1.51e+05 (0.074)
Perc_Rural	308.001 (0.202)	413.869 (0.448)	109.483 (0.317)	-279.263 (0.544)	534.672 (0.436)	-1.48e+04 (0.102)
DM_Partido	9.972 (0.463)	23.251 (0.450)	-11.950 (0.053)	-4.516 (0.862)	-1.915 (0.961)	-330.534 (0.671)
Partido_Presidente	-64.444* (0.000)	-93.519* (0.013)	9.292 (0.217)	-71.776* (0.023)	-32.660 (0.489)	1.825.774* (0.052)
Eleicao	22.698* (0.097)	8.996 (0.771)	4.450 (0.473)	-1.563 (0.952)	26.381 (0.498)	2659.122* (0.001)
Eleicao_1T	18.714 (0.136)	-14.114 (0.619)	7.744 (0.174)	-29.611 (0.215)	76.810* (0.032)	2324.297* (0.002)
lpop_tot	-87.872 (0.347)	-68.878 (0.745)	184.129* (0.000)	863.495* (0.000)	-513.395* (0.054)	-6580.455* (0.000)
Constante	1.516.708 (0.294)	748.394 (0.819)	-2423.531* (0.000)	-1.47e+04* (0.000)	9699.998* (0.019)	89601.416* (0.000)
R ²	0.242	0.136	0.123	0.236	0.158	0.484
Observações	432	432	432	432	432	432
Hausman						
Chi ²	21.35	20.37	25.45	56.50	11.64	17.10
Prob	0.0112	0.0157	0.0025	0.0000	0.2344	0.0472

Fonte: elaboração própria

Referências Bibliográficas

ALESINA, A. ; COHEN, G; ROUBINI, N., Macroeconomic Policy and Elections in OECD Democracies". Political Economy, Growth and Business Cycles. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992.

ARAUJO, M.A.; FILHO, P.A.M.L. Ciclos político-econômicos: uma análise do comportamento dos gastos públicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008. In: XXXVI ANPEC, Salvador, 2010

BLOCK, S. Political business cycles, democratization, and economic reform: The case of Africa. Medford, MA: Fletcher School, Tufts University. Working Paper, 2000.

BOTELHO, R. (2002), Determinantes do comportamento fiscal dos estados brasileiros, Dissertação de Mestrado, IPE-USP

DOWNS, A. An economic theory of democracy. New York: Harper Colluns Publishers, 1957.

DRAZEN, A. ; ESLAVA, M. Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. NBER Working Papers, nº 11085, 2005.

FIALHO, T. M. M. (1997), Testando a Evidência de Ciclos Políticos no Brasil, Revista Brasileira de Economia 51(3), 379-89.

GUJARATI, D. N. ; DAWNS, C. P. Econometria Básica, 5ª Ed. São Paulo, 2011

HIBBS, D.A. Political parties and macroeconomic policy. American Political Science Review, v.71, n.4, p.1467-1487, 1977.

LUCINDA, C.; AVELINO, G.; ARVATE, P. Existe influência Ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? Estudos Econômicos. Vol.38, São Paulo, p. 789-814, 2008.

NASCIMENTO, E. Administração Publica no Brasil: Política Fiscal nos Estados após a Lei de Responsabilidade Fiscal.(2008). Dissertação de Mestrado. UNB-FACE

NASCIMENTO, E. R. ; DELBUS, I. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Ministério da Fazenda, Brasília, 2002.

NAKAGUMA, M.Y. ; BENDER, S. A Emenda da Reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista de Economia Aplicada 10(3): 377-397, jul-set 2006.

NORDHAUS, W. The political business cycle. Review of Economic Studies, v.42, n.2, p.169-190, 1975.

ORAIR, R.O.;GOUVEA, R.R. ; LEAL, E.M.; Ciclos políticos eleitorais e investimentos das administrações públicas no Brasil., XL Encontro Nacional de Economia. Pernambuco: Anpec, dezembro 2012.

PEREIRA, A.L.G.; FERNANDEZ, J.C.; A Influência das Transferências Voluntárias na Reeleição dos Prefeitos e no Desenvolvimento dos Municípios Baianos. In: XXXV Encontro Nacional de economia – ANPEC, 2007, Recife. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia –ANPEC, 2007.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. The American Economic Review, v. 80, n.1, p.21-36, 1990.

ROUBINI, N.; SACHSM J. Political and economic determinants of budget deficits in the industrial economies. European Economic Review, v. 33, n.5, p.903-938, 1989.

SAKURAI, S. ; GREMAUD, A. (2004), Political Business Cycles: Evidências Empíricas Para Os Municípios Paulistas (1989 - 2001), XXXII Encontro Nacional de Economia. João Pessoa: Anpec, dezembro 2004.

SALVATO,A.C.; ANTUNES,P.C. ; ARAUJO, A.F ; SHIKIDA,C.D. (2007). Ciclos Políticos: Um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006.

SEDMIHRADSKÁ,L.; KUBIK,R.;HASS,J. Political Business Cycle in Czech Municipalities. Prague Economic Papers,1:59-70. Praga,2011.

VEIGA,L.; VEIGA,F. (2007) Political business cycles at the municipal level. Public Choice,131:45-64.

VIDEIRA, R. A. (2010) Ciclos Políticos no Brasil. Tese de Doutorado, FGV-EESP

VIEIRA, F.; ARVATE, P. R. Eleições Municipais: como interagem os prefeitos e as outras esferas de governo para alcançar maior sucesso nas urnas. In: XXXVI ANPEC, Salvador,2008

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introductory econometrics. 3^o ed. New York, 2005.